

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REQUERIMENTO

(Do Sr. Veneziano Vital do Rêgo)

Requer seja solicitada à Mesa a reconsideração do despacho de distribuição do Projeto de Lei nº 5.252, de 2013.

Senhor Presidente:

Analisando o Projeto de Lei nº 5.252, de 2013, do Senado Federal, verifiquei que, muito embora a matéria nele tratada se encontre entre as pertinentes à competência temática da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), a esses dois últimos Colegiados não foi distribuída a proposição para exame de seu mérito, conforme determina o art. 139, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

A matéria ventilada no indigitado Projeto é relativa a guarda de valores e de objetos em cofres bancários, temática que se insere no rol de competências da Comissão de Defesa do Consumidor, por força do disposto no art. 32, inciso V, alínea “b” (relações de consumo e medidas de defesa do consumidor) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em razão do previsto no art. 32, inciso IV, alínea “e” (direito civil – contrato de locação e responsabilidade civil), do Regimento Interno.

Pelas razões expendidas, requeiro a V. Exa., na qualidade de Relator do Projeto de Lei em comento, nesta Comissão, venha a ser encaminhada ao Presidente da Câmara dos Deputados solicitação de reconsideração do despacho inicial de distribuição, para que a Comissão de

Defesa do Consumidor e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania também possam se pronunciar sobre o mérito da matéria em questão.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado VENEZIANO VITAL DO RÊGO